

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 354/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO****1- Processo TCE nº 2134/2012.****2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Câmara Municipal de Marã.**4- Exercício:** 2011.**5- Responsável:** Sr. Ernilson Carvalho dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Marã.**6- Unidade Técnica:** DICOP – Informação nº 293/2014 (fls. 554/555)**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1205/2014-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 549/550).**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Marã. Exercício de 2011.*Contas irregulares. Alcance. Determinações à origem e à comissão de inspeção. Cópias ao MPE. Multa ao responsável. Prazo para recolhimento. Autorizada cobrança executiva e inscrição na dívida ativa.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal,

9.1- à unanimidade, nos termos da Proposta de Voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar Irregulares a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Marã, referente ao exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Ernilson Carvalho dos Santos, Presidente e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e das alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar e de dano ao erário, nos termos das alíneas “b” e “c” do inciso III do §1º do art. 188 do RI/TCE-AM (“4”, “6”, “8”, “10”, “12”, “13”, “15.1”, “15.3”, “15.4”, “17”, “18”, “19”, “21” e “26”);

9.1.2- Declarar em Alcance o Sr. Ernilson Carvalho dos Santos, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara de Marã, exercício 2011, no valor total de R\$ 241.075,49, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, conforme abaixo discriminado:

• R\$ 25.056,00 em virtude de pagamento de verba indenizatória por convocação extraordinária (irregularidade “10”);

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 354/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

• R\$ 1.903,02 por conta de pagamento de juros e multas no recolhimento dos encargos da previdência com atraso (irregularidade “12”);

• R\$ 53.855,26 em razão de não comprovação de serviços relacionados à obra no prédio da Câmara (irregularidade “13”);

• R\$ 7.761,211 em virtude de falta de comprovação de realização de despesas com a previdência (irregularidade “18”);

• R\$ 151.300,00 por não comprovação de despesas relacionadas com viagens (irregularidade “19”);

• R\$ 1.200,00 em razão de não comprovação de despesa realizada com prestação de serviços de folhas de pagamento (irregularidade “26”).

9.1.3- Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

a) adote as medidas necessárias, com o fim de instaurar tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano em relação os valores registrados sob os títulos “diversos responsáveis” e “Créditos a Receber” [balancete Contábil do mês de dezembro/2011: Diversos Responsáveis – Manoel (R\$ 2.627,43); Diversos Responsáveis – Jadir (R\$ 506.983,20); Créditos a Receber (R\$ 1.044,19) e Créditos em Circulação (R\$ 510.654,82)], nos termos do art. 9º da Lei 2423/96;

b) adote medidas para implementar um controle interno nesta unidade, com o intuito de otimizar suas atividades, com base nos princípios da eficiência e moralidade e no art. 74 da CF/88, sem prejuízo da atuação da Controladoria Geral do Estado;

c) mantenha o inventário de bens atualizado, com as devidas informações, bem como o adequado controle do estoque, nos termos do art. 94 da Lei 4.320/64.

d) dê ampla publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Câmara, de maneira a identificar o bem comprado, seu preço, quantidade adquirida, nome do fornecedor, nos termos do art. 16 da Lei 8.666/93;

e) envie esforços para quitar o débito relacionado às contribuições sindicais no valor de R\$ 2.512,91;

f) abstenha-se de pagar verba indenizatória quando da convocação extraordinária de parlamentares (§7º do art. 57 da CF/88).

g) não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

h) envie os Relatórios de Gestão Fiscal no prazo estipulado pela alínea “h” do art. 32 da Lei 2423/96-TCE/AM, informando a realização da correta publicidade, nos termos do §2º do art. 55 da LRF;

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 354/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

i) respeite o Regimento Interno da Câmara, no sentido de que as atas de reuniões sejam assinadas por todos os Responsáveis (art. 60);

j) depois de cumpridas as fases do empenho e liquidação das despesas, nos termos arts. 58 e 63, realize o adequado pagamento, conforme o art. 64, todos da Lei 4.320/64;

l) não utilize designações contábeis genéricas nas demonstrações contábeis, tais como "diversas contas", "contas-correntes", "diversos responsáveis", nos termos da Resolução 1.133/08;

m) mantenha as disponibilidades de caixa em Bancos Oficiais nos municípios vizinhos ou em tesouraria, em pleno cumprimento ao parágrafo 1º do art. 156 da CE/AM;

n) observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea "e" do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

9.1.3- Determinar à próxima comissão de inspeção que verifique o cumprimento das determinações ora veiculadas, bem como, quanto à irregularidade "23", examine se os servidores citados (Antônia Maria Cavalcante, Jarbas Bezerra Cruz, José Ferreira Filho, Lindomar Menezes Ramos, Maria Balbina Pereira da Silva, Nilson Cavalcante Furtado e Rosangela dos Santos Rodrigues) estão de fato exercendo suas atividades laborais na Câmara de Marãã.

9.1.4- Encaminhar cópia das fls. 467/502 (vol. 3) ao Ministério Público Estadual, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, em virtude da existência de dano ao erário relacionado às irregularidades "10", "12", "13", "18", "19" e "26", nos termos do §3º do art. 22 da Lei Orgânica;

9.2- POR MAIORIA, nos termos do Voto-Destaque, do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, no sentido de:

9.2.1- Aplicar multa, por inobservância dos prazos legais para remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou documental, de balancetes, demonstrações contábeis e documentos referentes à receita e despesa, **no valor atualizado de R\$ 12.056,33 (doze mil, cinquenta e seis reais e trinta e três centavos)**, referente aos onze meses de competência encaminhados com atraso a esta Corte (janeiro a novembro de 2011), com base no art. 308, II, do Regimento Interno;

9.2.2- Fixar o prazo de trinta dias para o recolhimento aos cofres públicos pelo responsável no valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, acrescido da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos dos arts. 73 e 74 da Lei Estadual n.2423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE;

9.2.3- Autorizar desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Rejeitada a Proposta de Voto do Relator que votou pela aplicação de multa com valores calculados à época dos fatos. Acompanhou a Proposta de Voto o Conselheiro Raimundo José Michiles.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 354/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 24 de junho de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral